



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CONVÊNIO N.º 38/2006

Processo Administrativo n.º 06/10/41.800

Interessado: Secretaria Municipal de Recursos Humanos

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, sito na Avenida Anchieta, 200, Centro, Campinas-SP, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.885.242/0001-40, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS, doravante denominado **CONVENENTE**, e, de outro lado o **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A**, instituição financeira, com sede na Av.Paulista, nº 1048, 11º ao 15º andar, da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.450.604/001-89, neste ato representado legalmente pelo infra-assinado, doravante denominado **BANCO**, celebram o presente Convênio que se rege pelas seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Convênio propiciar o desconto em folha de pagamento das parcelas de empréstimo pessoal contratado pelos servidores beneficiários do CONVENENTE, junto ao BANCO, até o valor necessário à quitação de cada uma das parcelas do empréstimo, nos termos da Lei nº 11.630, de 01 de agosto de 2003, e demais disposições legais aplicáveis.

1.1.1. Denominam-se servidores BENEFICIÁRIOS, para efeito deste convênio, as pessoas físicas pertencentes ao quadro de servidores efetivos, estes maiores de idade, do CONVENENTE, exceto aqueles servidores com cargos denominados “em comissão”, ou empregado público, que venham a qualquer tempo se desligar dos quadros de servidores da CONVENENTE.

SEGUNDA – DA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE

2.1. Fica estabelecido que tanto o BANCO, como a CONVENENTE, nomearão agente de sua indicação, como seus representantes recíprocos, para execução de todos os procedimentos necessários à operacionalização do presente convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Cabe ao BANCO:

- a. Conceder os empréstimos, observando as taxas convencionadas e normas legais vigentes na data da contratação dos mesmos e disponibilizar as importâncias respectivas diretamente aos BENEFICIÁRIOS;
- b. Colher informações junto ao **CONVENENTE** do valor mensal máximo suportável para desconto em folha de pagamento do respectivo BENEFICIÁRIO, observando-se um limite de 30% (trinta por cento) da remuneração líquida, ou de acordo com a legislação e normas que regulam as formas de empréstimo ao BENEFICIÁRIO (tomador do empréstimo). Entende-se como remuneração líquida a remuneração fixa do servidor, excluídas todas as vantagens de caráter temporário ou eventuais, deduzidos todos os descontos legais;
- c. Preencher o cadastro, o contrato de empréstimo e outros documentos necessários em formulário próprio do **BANCO**;
- d. Colher as assinaturas do BENEFICIÁRIO em todos os documentos necessários à formalização dos processos de empréstimo;
- e. Providenciar junto ao BENEFICIÁRIO cópia dos documentos pessoais e comprovantes de renda necessários à instrução do processo de empréstimo;
- f. Encaminhar ao **CONVENENTE**, mensalmente, até o dia 12 (doze) do mês de pagamento dos salários dos BENEFICIÁRIOS, listagem dos empréstimos concedidos, juntamente com as respectivas autorizações para desconto em folha de pagamento, constando o número de parcelas e valores correspondentes.

3.2. Cabe ao **CONVENENTE**:

- a. Informar as ocorrências de ruptura ou suspensão da relação de trabalho dos BENEFICIÁRIOS, o que o desvincula automaticamente dos direitos e obrigações firmados neste instrumento, ficando eximido de qualquer responsabilidade pelo pagamento do saldo devedor do empréstimo ou financiamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- b. Averbar o desconto das parcelas dos empréstimos concedidos;
- c. Repassar ao **BANCO** os valores debitados dos BENEFICIÁRIOS, até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data de pagamento dos servidores pelo **CONVENENTE**, prevista para até o dia 30 (trinta) de cada mês;

QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EMPRÉSTIMO

4.1. As condições do empréstimo serão definidas pelo BANCO, de conformidade com as normas legais vigentes e, quando importarem alterações das condições que sejam necessárias face à atuação administrativa ou, em qualquer outro caso em que seja necessária a anuência, serão apresentadas à apreciação do CONVENENTE, através de ofício.

QUINTA – DA DENÚNCIA

5.1. É facultado às partes denunciar o presente convênio a qualquer tempo, mediante simples aviso escrito com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, e desvinculando todo e qualquer direito ou obrigação constante deste convênio a partir da data da denúncia (continuando, porém, em pleno vigor, até a efetiva liquidação junto a financeira dos empréstimos já concedidos.)

SEXTA – DA TARIFA

6.1. Visando a cobertura dos custos administrativos suportados pelo CONVENENTE com as informações e processamentos delineados na cláusula terceira retro, o BANCO pagará ao mesmo uma tarifa no valor de R\$ 0,91 (noventa e um centavos), por linha impressa no contra cheque de cada BENEFICIÁRIO.

6.1.1. Poderá o CONVENENTE, quando do repasse das parcelas devidas ao BANCO, efetuar a retenção da tarifa estabelecida no *caput* desta cláusula.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

6.1.2. O BANCO poderá conferir o valor da tarifa retida, considerando-se o nome de cada BENEFICIÁRIO e, caso haja alguma divergência, deverá ser sanada até o pagamento da tarifa devida no mês subsequente.

SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

7.1. A publicação do presente instrumento será efetuada pelo CONVENENTE em extrato no local de costume até o décimo dia útil subsequente ao da sua assinatura.

OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O presente convênio vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, ressalvados, no término do prazo, os direitos e obrigações contraídos na sua vigência.

NONA – DA NÃO EXCLUSIVIDADE

9.1. O presente convênio não tem caráter de exclusividade para qualquer das partes, estabelecendo-se desde logo que o CONVENENTE fica liberado para firmar convênios com outras instituições financeiras que manifestarem interesse para a celebração de convênio e que atendam as exigências consubstanciadas no presente.

DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Este convênio poderá ser alterado de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor.

Campinas, 04 de dezembro de 2006.

DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS

Prefeito Municipal

CARLOS HENRIQUE PINTO

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

LUIZ VERANO FREIRE PONTES

Secretário Municipal de Recursos Humanos

FRANCISCO EDÊNIO BARBOSA NOBRE

RG 1.233.539 SSP/CE

CPF 144.748.083-04

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A

DORA LÚCIA DE FARIA COSTA

RG 6.767.523-2 SSP/SP

CPF 897.069.438-20

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A